

A População da diocese de Miranda em 1761

FERNANDO DE SOUSA | PAULO AMORIM | RICARDO ROCHA | DIOGO FERREIRA

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)
cepese@cepese.pt

Resumo: Em 1761, o bispo da diocese de Miranda, Dom Frei Aleixo de Miranda Henriques, tendo em consideração a antiguidade das Constituições Diocesanas de Miranda (1565), decidiu fazer um Sínodo Diocesano, cujas Constituições foram aceites em meados do mesmo ano pelos procuradores do cabido e clero diocesano e confirmadas em provisão de 10 de dezembro seguinte. Embora nunca tenham sido impressas nem entrado em vigor, estas Constituições têm a particularidade de, em apêndice, nos fornecerem a população da cidade de Miranda e de todas as igrejas paroquiais que integravam a sua diocese. Assim, no presente trabalho, após fazermos a análise crítica da fonte, apresentaremos a população da diocese de Miranda em 1761 – fogos e almas –, a reconstituição da sua população total e a distribuição da mesma quanto à população urbana e população rural.

Palavras-chave: Diocese de Miranda, Bragança, População, Antigo Regime.

The population of the Diocese Miranda in 1761

Abstract: In 1761, the Bishop of Miranda, Dom Frei Aleixo de Miranda Henriques, considering the age of the diocesan constitutions of Miranda (1565), decided to make a Diocesan Synod, whose Constitutions were accepted in the middle of the same year by the chapter and the diocesan clergy and confirmed by provision on December 10th. Although they have never been printed or entered into force, these Constitutions include an Appendix with the population of the city of Miranda and all the parish churches that were part of this diocese. In the present work, after doing a critical analysis of the source, we present the population of Miranda diocese in 1761 – houses and “souls” (individuals) – together with the reconstitution of its total population and its distribution in terms of urban and rural population.

Keywords: Miranda diocese, Bragança, Population, Ancient Regime.

Introdução

Em 1761, o bispo da diocese de Miranda, Dom Frei Aleixo de Miranda Henriques, tendo em consideração que as Constituições Diocesanas de Miranda datavam de 1565, “das quais apenas restavam alguns poucos e truncados volumes”, após recolher as informações consideradas indispensáveis nas visitas pastorais que efetuou nos dois anos anteriores, decidiu fazer um Sínodo Diocesano, em 10 de maio (o segundo na história da diocese, tendo-se realizado o primeiro em 1563), de acordo com o código manuscrito das *Constituições Sinodais*¹ existente no Arquivo Distrital de Bragança², Constituições essas aceites em junho e julho do mesmo ano pelos procuradores do cabido e clero diocesano e confirmadas em provisão de 10 de dezembro de 1761, mas que nunca foram publicadas nem entraram em vigor³.

Desconhecem-se quais as razões que contribuíram para que estas *Constituições* de 1761 não passassem de um mero código manuscrito sem qualquer aplicação, embora estejamos convencidos de que a catástrofe que se abateu sobre a cidade de Miranda, em 8 de maio de 1762 – quando o seu castelo explodiu, na sequência do cerco de um exército espanhol, provocando a morte de centenas de pessoas –, e o processo de transferência que se seguiu da sede da diocese de Miranda para Bragança sejam mais que suficientes para compreender tal facto. Não é por acaso que o código manuscrito já referido mencione as “*Constituições Sinodais do Bispado de...*”, não referindo o nome da diocese a que diziam respeito!...

Estas *Constituições*, porém, têm a particularidade de, no apêndice às mesmas, nos fornecerem a população da cidade de Miranda e de todas as igrejas paroquiais ou paróquias que integravam a sua diocese.

1 Arquivo Distrital de Bragança – *Constituições Synodales do Bispado de [Miranda] novamente feitas, e ordenadas pelo Ex.mo e R.mo Snor. D. Fr. Aleixo de Miranda Henriques da Ordem dos Pregadores Bispo do mesmo Bispado, e do conselho de Sua Magestade Fidelissima. Propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o ditto Senhor celebrou em 10 de Maio de 1761* (MIT/004/Lv 015).

2 Existe um segundo exemplar da fonte no Seminário de S. José, em Bragança, também manuscrito e com a mesma estrutura: Seminário de S. José (Bragança) – *Constituições Synodales do Bispado de Miranda novamente feitas, e ordenadas pelo Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Aleixo de Miranda Henriques da Ordem dos Pregadores Bispo do mesmo Bispado, e do conselho de Sua Magestade Fidelissima. Propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o ditto Senhor celebrou em 10 de Maio de 1761*.

Ambos os exemplares são manuscritos, ambos pertenceram ao Seminário (o exemplar do Arquivo ainda guarda o carimbo da Instituição) e ambos apresentam a mesma estrutura tripartida: secção doutrinal e legislativa (a mais extensa), atas do Sínodo Diocesano de 10-12 de maio de 1761, que aprovou as Constituições, e apêndice estatístico. A diferença mais significativa prende-se com o facto de o exemplar do Seminário indicar explicitamente no seu título que as Constituições Diocesanas são de Miranda, o que não acontece com o exemplar do Arquivo.

3 Francisco Manuel Alves – *Bragança: Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Volume II. Bragança: Câmara Municipal de Bragança/ Instituto Português de Museus/ Museu Abade de Baçal, 2000, p. 66; José Castro – *Bragança e Miranda (bispado)*. Volume III. Porto: Tipografia Porto Médico, 1948, p. 23-24.

Vejamos, assim, após a análise crítica desta fonte, a população da diocese de Miranda em 1761 – fogos e almas –, a reconstituição da sua população total e a distribuição da mesma quanto à população urbana e população rural.

1. A população da diocese de Miranda em 1761

O estudo da população portuguesa durante o Antigo Regime levanta sérias dificuldades, uma vez que as fontes de que dispomos, além de escassas, revelam-se lacunares, descontínuas e imprecisas, a exigirem do historiador uma crítica cerrada, suscetível de fundamentar a reconstituição do número de habitantes de um concelho ou comarca.

Sob o ponto de vista demográfico, a preocupação do número raramente ultrapassou a esfera limitada da contagem por fogos. Quer para o Estado, quer para a Igreja, o fogo constituía a célula da sociedade portuguesa, a qual se organizava, não em função do indivíduo, mas da família. O indivíduo solteiro ou viúvo contava apenas na medida em que se assumia como um elemento economicamente capaz de satisfazer os encargos ou tributos cobrados pelo Estado e pela Igreja e, portanto, de contar como um fogo. Daí que, até finais do século XVII, os raros numeramentos ou censos efetuados em Portugal se limitassem a apurar o número de fogos existentes nas paróquias ou circunscrições administrativas.

Nos inícios de Setecentos, mas fundamentalmente após 1732, na sequência dos esforços levados a cabo pela Academia Real da História Portuguesa, a fim de se conhecer com alguma exatidão a população do Reino, deu-se um salto qualitativo importante, uma vez que, além dos fogos, começou a ser exigido aos párocos, nos questionários que lhes eram remetidos para tal fim, o número de pessoas, almas ou fregueses da sua paróquia.

É certo que, durante séculos, a Igreja irá traduzir, regra geral, pessoas ou almas por pessoas maiores de confissão, ignorando assim os menores de sete anos, os quais, em princípio, não constavam dos livros do estado das almas ou róis de confessados, dado que as constituições diocesanas determinavam que de tais fontes apenas tinham de constar os nomes das pessoas de confissão ou comunhão. Mas a partir de finais do século XVIII, os párocos, tendo em consideração as preocupações do Estado em tal matéria e as alterações que se fizeram progressivamente no plano das mentalidades, com a valorização social das crianças, passaram a ter em atenção não só as pessoas maiores de sete anos, mas todos os indivíduos. As “almas” vão dar origem às “pessoas” no século XVIII, e já no século XIX, aos “habitantes”, evolução semântica que passa a traduzir a população total⁴.

4 Cf. Fernando de Sousa – *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 volumes. 1979.

Tendo em consideração esta prévia explicação, vejamos, pois, qual a natureza da informação demográfica dada pelas listas anexas às *Constituições Sinodais* do bispado de Miranda, em 1761.

A fonte não indica o ano a que diz respeito o levantamento da população da diocese. Mas tendo em consideração o volume da população registada para a cidade de Miranda, só podemos datá-la como sendo de 1761, uma vez que no ano seguinte, tendo perdido a vida várias centenas dos seus habitantes, o valor apresentado seria obrigatoriamente inferior ao que se encontra registado.

Com efeito, a fonte consultada indica 325 fogos e 1 177 pessoas maiores e menores, números que não mais alcançou até à segunda metade do século XIX⁵.

Quadro n.º 1 – População da Cidade de Miranda (1758-1864)⁶

Anos	Fogos	Almas
1758	300	1 000
1761	325	1 177
1795	220	633
1798	236	-
1801	209	650
1820	162	460
1864	221	442

Uma vez comprovado o ano do levantamento como sendo o de 1761, importa agora efetuar uma análise crítica desta fonte eclesiástica quanto à população da sua diocese, criada por bula do Papa Paulo III, *Pro excellenti Apostolicae Sedis*, de 22 de

⁵ Cf. quadro n.º 1.

⁶ Fontes: para 1758, José Viriato Capela, *et. al.* – *As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2007; para 1761, Arquivo Distrital de Bragança – *Constituições Synodales...*; para 1795, Columbano Pinto Ribeiro Castro – *Mappa do estado actual da provincia de Trás-os-Montes*, 1796. In José Maria Amado Mendes – *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC, 1981; para 1798, *A População de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; para 1801, o Recenseamento de 1801, Fernando Alberto Pereira de Sousa – *Portugal nos fins do Antigo Regime* (fontes para o seu estudo). *Revista Bracara Augusta*. 31:71-72 (1977) 303-323, Fernando Alberto Pereira de Sousa – *A população portuguesa nos inícios do século XIX* (Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). 2 volumes. 1979, Fernando de Sousa – *A população portuguesa em finais do século XVIII. População e Sociedade*. 1 (1995) 41-55, Fernando de Sousa – *História da estatística em Portugal*. Lisboa: INE, 1995 e Luís Nuno Espinha da Silveira – *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Edição crítica*. 2 volumes. Lisboa: INE, 2001; para 1820, *MAPPA contendo os concelhos, paróchias, e numero de individuos de cada huma, segundo os recenseamentos enviados á Commissão de Estadística, pelos respectivos parochos, até ao anno de 1828; distribuidos segundo a nova divisão do territorio do Reino de Portugal, em oito Provincias, e quarenta Comarcas, determinada pelo Decreto n.º 65 de 28 de junho de 1833, em anexo ao decreto de 3 de junho de 1834; para 1864, censo de 1864* (1866).

maio de 1545, à custa de parte do território que até então pertencia à arquidiocese de Braga, dotada com o rico património do decadente mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, localizado junto de Bragança.

O bispado de Miranda, situado no nordeste de Portugal, era constituído, nesse ano, por 332 paróquias distribuídas por cinco “distritos” ou arciprestados: Aro com 79 paróquias; Lampaças com 36 paróquias; Bragança com 123 paróquias, o único “distrito” com o título de “Vigararia”; Mirandela com 49 paróquias; e Monforte com 45 paróquias.

Sendo a informação proveniente da própria diocese, é muito provável que o número de paróquias esteja correto. E de facto assim é. A comparação do número e nome das paróquias, quer com Carvalho da Costa⁷, quer com as *Memórias Paroquiais* de 1758⁸, quer ainda com Columbano Pinto Ribeiro de Castro, na descrição de Trás-os-Montes em 1794-1795⁹, demonstra-nos que a fonte de 1761 é exaustiva quanto ao número de paróquias. O documento chega ao pormenor de registar a paróquia de Santa Maria Madalena de Vila Boa, no distrito de Mirandela, referindo que pertence ao arcebispado de Braga, não indicando por isso, a sua população – razão pela qual também não a contabilizámos neste estudo.

Importa, contudo, referir que constituindo a paróquia ou “igreja”, como exara a fonte, uma circunscrição de natureza puramente eclesiástica, a sua criação, continuidade, anexação a outra paróquia ou supressão depende apenas do prelado diocesano. E portanto, o seu número pode variar, de acordo com as solicitações dos habitantes deste ou daquele lugar e da decisão do prelado diocesano. Assim se compreendem as ligeiras discrepâncias existentes no século XVIII para o número de paróquias pertencentes à diocese de Miranda.

O débil crescimento demográfico da diocese explica que desde o século XVII o número de paróquias ou igrejas paroquiais – 322 em 1629 e em 1675, 324 em 1691, 323 em 1725, 329 em 1744, 330 em 1754, 324 em 1758 – se mantenha praticamente o mesmo até meados do século XVIII¹⁰.

7 António Carvalho da Costa – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo I. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

8 José Viriato Capela, et. al. – *As freguesias do distrito de Bragança...*

9 Columbano Pinto Ribeiro de Castro – *Mappa do estado actual da provincia de Trás-os-Montes*, 1796. In José Maria Amado Mendes. *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC, 1981.

10 José Castro – *Bragança e Miranda (bispado)*. Volume I. Porto: Tipografia Porto Médico, 1946, p. 10-12.

Quadro n.º 2 – Paróquias da Diocese de Miranda (século XVIII)¹¹

Distritos (vigararias) (comarcas)	1717	1758	1761
Distrito do Aro	78	78	79
Distrito de Lampaças	36	36	36
Vigararia de Bragança	122	121	123
Distrito do Ramo de Mirandela	48	48	49
Distrito de Monforte	41	41	45
Total	325	324	332

Quanto aos “fogos” indicados por paróquias também nos parece fidedigna a informação.

A contagem dos fogos por parte dos párocos apresenta remota tradição em Portugal e, no século XVIII, não oferecia quaisquer dificuldades aos mesmos.

Os dízimos pagos à Igreja – ainda que o levantamento de tal tributo fosse normalmente executado por rendeiros ou arrematantes –, exigiam que o bispo conhecesse com exatidão o número de fogos das paróquias da sua diocese. Por outro lado, a obrigação da desobriga anual, na Quaresma, e a cobrança das prestações exigidas pelos eclesiásticos aos seus fregueses, de acordo com os “usos e costumes” das igrejas, levavam a que os párocos registassem, no *rol dos confessados*, todas as famílias das suas paróquias, registo minucioso, pelo menos nos finais do Antigo Regime, onde os fogos, regra geral, eram numerados e escalonados até, no caso dos grandes aglomerados populacionais, por arruamentos.

No caso da diocese de Miranda, a comparação do número de fogos, por paróquia, com idêntica informação para 1758 ou 1798¹², revela uma aproximação saudável quanto aos fogos das diferentes paróquias.

Finalmente, quanto ao número de habitantes, esta fonte histórica apenas nos permite conhecer as pessoas de comunhão e confissão, isto é, as “pessoas maiores”, com mais de 12 ou 14 anos, e as “pessoas menores”, com idades compreendidas entre os sete e os 12 ou 14 anos, levando assim a que o número de “pessoas” ou “almas” registadas traduzam apenas os maiores de sete anos, de acordo, aliás, com os relatórios anuais enviados ao vigário geral da diocese pelos párocos, baseados nos *rois de confessados* ou de *estado das almas*, obrigação que os fiéis deviam satisfazer “desde a Páscoa da Ressurreição até ao Domingo *in albis*”. Logo, as pessoas recen-

11 Fontes: para 1717, *Censal de 1717*, in José Castro – *Bragança e Miranda (bispoado)...*, vol. I; para 1758, *Memórias Paraquiais*, in José Viriato Capela, et. al. – *As freguesias do distrito de Bragança...*; para 1761, Arquivo Distrital de Bragança – *Constituições Synodales...*

12 Para este último ano, cf. *A População de Portugal em 1798. O censo...*; e José Viriato Capela, et al. – *As freguesias do distrito de Bragança...*, p. 464.

seadas em 1761 pela diocese de Miranda são os fiéis, isto é, as almas que receberam “os sacramentos da penitência e eucaristia”¹³.

De acordo com a fonte referida, nas 332 paróquias existentes na diocese de Miranda nesse ano, distribuídas por 23 743 fogos, viviam 66 043 “pessoas maiores” e 6 483 “pessoas menores”, num total de 72 526 “almas”¹⁴. Trata-se de um número bem abaixo das 84 000 pessoas “entre as de confissão somente e confissão e comunhão” apresentadas em 1758 pelo cónego Bento de Morais Freire, que exercia as funções de pároco da cidade de Miranda do Douro¹⁵. Contudo, o facto de se tratar de um número global e arredondado, sem indicar a população por paróquia, leva-nos a concluir que se trata de um valor aproximado, não merecendo a mesma fidedignidade que a fonte que estamos a tratar relativa a 1761.

2. A reconstituição da população da diocese de Miranda em 1761

Uma vez apresentada a população do bispado de Miranda quanto ao número de fiéis, ou seja, quanto à população com idade superior aos sete anos, será possível calcular a sua população total?

Tendo em consideração o número de “fogos”, 23 743, e o total das “almas” apresentado, 72 526, verificamos que, em média, temos três pessoas por fogo.

Torna-se evidente, numa época que desconhecia quaisquer mecanismos de contração, que a dimensão almas/fogo denuncia um evidente sub-registo, correspondente ao número dos menores de sete anos não contabilizados.

Assim sendo, será possível reconstituir a população total da diocese de Miranda em 1761? Nesse caso, que coeficiente almas/fogo utilizar?

Se aplicarmos para 1761 o coeficiente de 3,9 encontrado por Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1794-1795, para a região de Bragança¹⁶ e por nós, em 1801, para o Portugal a norte do Tejo e para a comarca de Bragança em particular¹⁷, quanto à dimensão média dos fogos, vamos encontrar números que estão muito próximos da realidade, uma vez que o número de fogos que a fonte apresenta é fidedigno.

Reconstituindo, assim, a população da diocese de Miranda, esta apresenta um valor global de 92 598 habitantes. A população reconstituída para a diocese de Miranda, em 1761, está registada por nós nos quadros n.ºs 3 e 4, em itálico.

13 José Castro – *Bragança e Miranda (bispado)*..., p. 10-11.

14 Ver quadros n.ºs 3 e 4. O total registado na fonte é de 23 421 fogos, 65 267 pessoas maiores e 6 458 pessoas menores, certamente por erro na soma das parcelas por parte do clérigo ou do escrivão responsável pela operação da soma.

15 José Viriato Capela, *et. al.* – *As freguesias do distrito de Bragança*..., p. 642 e p. 644

16 Cf. Columbano Pinto Ribeiro Castro – *Mappa do estado actual*...

17 Cf. Fernando de Sousa – *A população portuguesa*..., p. 243-246.

3. População urbana e população rural da diocese de Miranda

Não é fácil definir população urbana quando sociólogos, historiadores e geógrafos, como já o referiu, entre outros, Mols¹⁸, não chegam a acordo quanto a tal conceito e os países têm adotado diferentes critérios, quase sempre, de natureza demográfica – a nível comparativo, os únicos critérios aplicáveis são os quantitativos –, para destrinçarem população urbana e população rural. O problema complica-se ainda mais quando procuramos distinguir população urbana e população rural numa determinada época, nomeadamente, em sociedades de Antigo Regime, devido à escassez das fontes e à inexistência de estudos quanto à evolução urbanística.

No que diz respeito a Portugal, a utilização de qualquer *critério urbanístico* no Antigo Regime restringiria a população urbana a dois ou três aglomerados populacionais, dada a pobreza do espaço habitável, a inexistência de infraestruturas materiais – canalizações, redes de esgotos, etc. – e a penetração do mundo rural até bem dentro das grandes cidades, já a nível geográfico, já a nível populacional. A fronteira entre mundo rural e urbano revela-se muito ténue ou inexistente. Todas as paróquias “urbanas” – e só podemos trabalhar a nível de paróquias – contêm, em maior ou menor extensão, áreas agrícolas e registam uma certa percentagem de população rural – na paróquia da Sé, cidade de Castelo Branco, em 1794, 11,4% dos seus habitantes vivem no campo; na paróquia de Penafiel, por 1800-1801, 24,1% da sua população vive fora da cidade; no Porto, por 1780-1785, nas 16 profissões mais representadas na cidade, trabalhadores e lavradores ocupam, respetivamente, as 8.ª e 9.ª posições; etc.

O *critério jurídico-administrativo*, ou seja, o considerar-se população urbana aquela que habita as cidades, revela-se também falível, uma vez que o simples estatuto de cidade em nada modifica a realidade socioeconómica de um aglomerado. Esta conceção institucional é, porém, no caso português, reforçada pelo cariz eclesiástico, pois, das 22 cidades portuguesas existentes em finais de Setecentos, apenas Lagos e Tavira não são ou não foram sedes de diocese, mantendo-se ainda, nessa época, o conceito medieval de cidade, que outorgava tal categoria ao burgo, ainda o mais insignificante, que se transformasse em cabeça de um bispado. Estão, neste caso, Miranda, Pinhel, Guarda e Penafiel, enquanto importantes localidades como Guimarães, Covilhã, Estremoz ou Loulé se mantinham como simples vilas.

O *critério demográfico* levanta, igualmente, fortes reservas, não só quanto à determinação, absoluta ou relativa, do número de habitantes que um aglomerado

18 Cf. Roger Mols – *Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIVe au XVIIIe siècle*. 3 volumes. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1953.

deve ter para que possa ser considerado urbano, como sabemos que dois aglomerados com a mesma população podem apresentar modos de vida completamente diversos, ou, ainda, que uma localidade pode atingir os 10 000 habitantes sem que tal ponha em causa o carácter rural da mesma, como acontece, por exemplo, com Ovar. E, para o Portugal de finais do Antigo Regime, que limite mínimo devemos considerar: 2 500, 3 000, 4 000 como pretende Mols¹⁹ para a Europa ocidental do século XVIII, ou os 5 000, número preferido por muitos historiadores do Oitocentismo europeu?

Finalmente, um *critério de natureza socioeconómica*, baseado na especificidade da organização social, no tipo de atividades da população das vilas ou cidades face às regiões em que se situam, também nos parece pouco rigoroso para a época em estudo, uma vez que grande parte dos aglomerados “urbanos” portugueses – Alentejo, Trás-os-Montes, etc. – subsiste, predominantemente, à semelhança do mundo rural, da agricultura. Claro que a população realmente urbana integrava apenas os setores secundário e terciário: funcionários da administração civil e eclesiástica, membros das profissões liberais, industriais, comerciantes, proprietários e todos os outros que gravitavam em torno destas profissões, como o pessoal doméstico. Desconhecemos a repartição da população pelas diferentes formas de atividade no Portugal setecentista, mas sabemos que a especialização profissional, mesmo nas grandes vilas e cidades, é bastante reduzida. A indústria, artesanal, dispersa, desempenha um papel muito limitado na estrutura urbana nacional, à exceção de Lisboa, Porto, Braga, Covilhã e Bragança, neste último caso, apenas na viragem do século XVIII para o século XIX. A função central, suficientemente desenvolvida, que, para Mols²⁰, deve distinguir o aglomerado urbano da região circundante, no Portugal de então, só pode interpretar-se a nível de “mercado”, fundamentalmente agrícola, e de alguns “serviços” de base, de natureza administrativo-judicial, eclesiástica e ligada ao comércio a retalho.

Assim sendo, só a análise regional, os estudos monográficos, podem ou não atribuir a uma localidade a categoria de “urbana”, tendo em consideração sobretudo as “funções urbanas” de um aglomerado populacional. Durante o Antigo Regime, a lentidão dos meios de transporte, o mau estado das vias de comunicação, limitando sobremaneira as áreas de influência das localidades com “funções urbanas”, contribuem, por isso mesmo, para que o número destas seja significativo. Todas as regiões rurais, mesmo as mais pobres, obrigam a que certas localidades, por vezes de pequenas dimensões, acabem por assumir uma “função urbana”, garantindo às populações locais a resolução dos seus problemas jurídico-administrativos ou de

19 Cf. Roger Mols – *Introduction à la démographie historique...*

20 Cfr. Roger Mols – *Introduction à la démographie historique...*

natureza religiosa, funcionando como mercados rurais que permitem às populações locais a colocação dos produtos agropecuários ou de pequeno artesanato e a compra do que se torna tão indispensável à vida, tudo aquilo que diz respeito ao bem-estar, à comunidade e até ao luxo, e que tem de ser importado do exterior, no âmbito de recursos muito escassos.

Não podemos, pois, confundir “densidade” e “fragilidade” urbanas: a rede das localidades com funções urbanas no Portugal de inícios do século XIX é simultaneamente “densa”, cobrindo todo o território, e “frágil”, dado o reduzido volume populacional das mesmas e da especialização de serviços.

Em face da problemática esboçada, mais do que adotarmos um critério, necessariamente lacunar e imperfeito, procurámos conjugar vários níveis de abordagem da população que vivia nos aglomerados com “funções urbanas”, no quadro de uma diocese constituída esmagadoramente por uma população rural.

3.1. População rural da diocese de Miranda em 1761

Vergílio Taborda, no seu imprescindível *Alto Trás-os-Montes*, publicado em 1932, caracteriza a região em que se inscrevia praticamente toda a diocese de Miranda – a parte sul, no Douro Superior, que hoje lhe pertence, integrava no século XVIII o arcebispado de Braga – como sendo “uma zona de povoamento rarefeito”, a “menos povoada” de Trás-os-Montes, e concluiu que “nestes planaltos isolados, de solo pouco fértil, sem indústria, com uma agricultura rotineira e uma circulação lenta, a população tinha de ser naturalmente pouco densa”²¹.

Medeiros Velho, em 1799, a propósito da comarca de Miranda, que fazia parte do bispado do mesmo nome, refere que é “pouco povoada” e com “imensas terras” por cultivar²².

Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1794-1795, quanto à região de Miranda, sublinhou a “muita abundância” das “terras incultas”, o predomínio de centeio na agricultura e o “negócio” dos gados²³.

A pobreza do solo, o clima excessivo, o isolamento do território e a ausência de indústrias ajudam a explicar que a população da diocese de Miranda, equivalente a boa parte do Nordeste Trasmontano, até ao século XX fosse quase inteiramente rural, agrupada em pequenas povoações que davam corpo às paróquias ou freguesias de que era constituída.

21 Vergílio Taborda – *Alto Trás-os-Montes*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p. 212-213.

22 Fernando de Sousa – *Uma descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII*. Separata da revista *População e Sociedade*, n.º 4. Porto: CEPFAM, 1998, p. 20.

23 Columbano Pinto Ribeiro Castro – *Mappa do estado actual...*, p. 171.

Das 332 paróquias existentes em 1762 no bispado de Miranda, 265 tinham menos de 100 fogos, 59 registavam uma população compreendida entre os 100 e os 200 fogos e apenas oito ultrapassavam 200 fogos – as duas que integravam a cidade de Bragança, Miranda do Douro, Mirandela (famosa pelas suas feiras anuais), Vimioso (com alfândega e feira mensal), Sendim (com uma pequena guarnição militar no século XVIII e feira mensal), Carção e Argozelo.

Com exceção de Bragança e Miranda, todas as outras são paróquias rurais, desprovidas de quaisquer funções urbanas, e cuja população, distribuída por pequenas aldeias, se dedicava quase exclusivamente à agricultura e criação de gado. Destas, apenas Carção e Argozelo poderiam ser consideradas “aldeias diferenciadas”²⁴, uma vez que no início do século XVIII os fabricantes de couros, identificados popularmente como “judeus”, praticamente igualavam o número de lavradores/jornaleiros – o pároco de Argozelo, em 1758, refere que existiam na paróquia “duas nações de gente, lavradores e curtidores”²⁵, mas nem por isso deixaram de ser meras aldeias.

As paróquias rurais apenas conheciam alguma animação nas festas de cariz religioso ou nos dias de feira, no caso daquelas, raras, que detinham tal privilégio.

3.2. População urbana da diocese de Miranda em 1761

Em 1761, Trás-os-Montes registava apenas dois aglomerados urbanos com o *estatuto de cidade*, ambos no Nordeste Transmontano e pertencentes à diocese de Miranda, ou seja, Bragança, cidade desde 1464, e Miranda do Douro, desde 1545. Nestes dois casos, estamos perante vilas ou povoações às quais, por razões de natureza política, no primeiro caso, e religiosa, no segundo, foram outorgados os títulos de cidade.

Bragança passou a deter a categoria de cidade quando D. Afonso V, por carta régia de 20 de fevereiro de 1464, decidiu “privilegiar a terra que constituía a cabeça da primeira casa ducal do Reino”, premiando a ação e lealdade de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, que o acompanhou na expedição à África do Norte²⁶. Bragança, a única cidade criada no século XV, veio desta forma juntar-se às nove cidades já existentes em Portugal – Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves.

Miranda do Douro passou a ter a categoria de cidade por carta régia de 10 de julho de 1545, a partir do momento em que passou a sede de bispado, retirando ao

24 Paula Bordalo Lema – A função de algumas aldeias diferenciadas no Nordeste Transmontano – para um estudo de hierarquia de distâncias. *Finisterra*. 7:13 (1972) 71-101.

25 José Viriato Capela, et al. – *As freguesias do distrito de Bragança...*, p. 642.

26 Joel Serrão – Subsídios para o estudo da demografia de Trás-os-Montes nos fins do século XVIII. *Economia e finanças: anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*. 41 (1973), p 19.

extensíssimo arcebispado de Braga cerca de 320 paróquias que passaram a integrar a nova diocese.

Portanto, a partir do século XVI e até 1925, ano de elevação de Vila Real a cidade, estas foram as únicas povoações com tal estatuto jurídico em Trás-os-Montes. Se a esse estatuto adicionarmos os critérios de natureza demográfica, socioeconómica e de especialização de serviços, já referidos, só Bragança e Miranda cumpriam tais exigências no que à diocese de Miranda diz respeito.

A *cidade de Bragança*, com uma população de 1 053 fogos e 3 734 almas em 1758 (4 107 habitantes, utilizando o coeficiente 3,9), com 1 113 fogos e 3 435 almas em 1761 (4 341 habitantes, aplicando o coeficiente de 3,9), constituía, sem dúvida, o verdadeiro centro urbano de toda a diocese de Miranda, não só pela sua situação geográfica – muito mais central e acessível aos povos da diocese do que Miranda, com clima mais suave e melhor abastecimento de água – mas também por ser a urbe mais populosa, com um vasto território concelhio, economicamente mais próspera – do seu território saía a maior parte das rendas da diocese – e mais diversificada no setor dos serviços.

Bragança era uma importante praça de armas, sede de ouvidoria/comarca, com dois conventos de religiosas e dois conventos de religiosos – instituições tipicamente urbanas, sobretudo os conventos de religiosas –, uma colegiada, hospital militar e Misericórdia. Aí residia, durante seis meses do ano, o bispo da diocese.

Contudo, a sua importante indústria das sedas encontrava-se praticamente aniquilada devido à perseguição desenvolvida pela Inquisição, nomeadamente entre 1747-1755, de tal forma que o pároco de Santa Maria de Bragança, em 1758, informava que a cidade, outrora “muito populosa e florescente”, se encontrava na “última decadência pelo pouco valor que têm os frutos por falta de quem os gaste e de quem dê asas ao contrato das sedas que é o seu maior negócio, que em faltando das terras o dinheiro tudo se acaba”²⁷. Talvez esse facto explique a baixa dimensão média dos fogos apresentada para Bragança, quer em 1758, quer em 1761 (3,5 e 3,1 respetivamente) – muito provavelmente, em 1758, registando a guarnição militar –, mas, de qualquer modo, a sua primazia como centro urbano por excelência da diocese de Miranda era incontestável.

A *cidade de Miranda*, registando em 1758 uma população aproximada de 300 fogos e 1 000 almas (1 170 habitantes, aplicando aos fogos o coeficiente referido), e de 325 fogos e 1 177 pessoas (1 268 habitantes, multiplicando o número de fogos pelo coeficiente de 3,9) em 1761, constituía sem dúvida, embora em menor dimensão, o segundo centro urbano da diocese.

27 José Viriato Capela, et al. – *As freguesias do distrito de Bragança...*, p. 256.

É certo que Mirandela, com 334 fogos e 788 pessoas (1 303 habitantes, segundo o critério referido), apresenta praticamente a mesma população. Mas trata-se de um aglomerado rural, com uma população maioritariamente campesina, que de modo algum se compara a Miranda quanto à sua importância religiosa e político-administrativa.

Também é verdade que a população de Miranda é reduzida, “pequena”, como escreve o pároco de Nossa Senhora da Assunção, sua única paróquia, em 1758. Quatro anos antes, em 1754, o bispo dom João da Cruz informa o Papa de que Miranda “só nominalmente se pode chamar cidade”. Excêntrica relativa à diocese, alcandorada junto do rio Douro, na fronteira com a Espanha, “um sítio inacessível a todos” – continua o mesmo bispo –, os seus habitantes eram “geralmente pobres e necessitados, habitando 236 casas, de ordinário humildes e arruinadas”²⁸.

Mas é sede de concelho com juiz de fora, de comarca e provedoria, praça de armas, dispondo de um convento ou hospício de religiosos, hospital militar e Misericórdia, esta muito humilde. E sobretudo, é sede da diocese, com palácio episcopal “grande e formoso”, onde funciona o Seminário, uma catedral sumptuosa, e o respetivo cabido, com 40 “ministros”, isto é, 24 prebendados e meios prebendados, oito capelães, sete meninos do coro e um tesoureiro ou sacristão – assim informa o pároco da cidade em 1758.

Miranda, apesar da sua diminuta população, pelas funções político-administrativas, militares e sobretudo religiosas que desempenha, constitui em 1761 um centro urbano com uma importante componente rural, desprovida de indústrias, mas com uma inegável especialização de serviços – magistrados, eclesiásticos e militares – a que ocorrem os habitantes do planalto de Miranda e, se bem que mais raramente, os habitantes de toda a sua diocese.

O referido ano de 1761 será o último em que podemos considerar Miranda como centro urbano. Em 1762, na sequência do cerco que lhe foi imposto pelas forças espanholas e da explosão do paiol da pólvora do seu castelo que causou largas centenas de mortos, a que se seguiu o saque e a destruição pelas tropas invasoras, assistiu à fuga de inúmeros dos seus habitantes. Desprovida, a partir de então, do regimento de infantaria que aquartelava, mandado para Bragança, tem também início o processo da transferência da sede de diocese de Miranda para Bragança, a partir de 17 de novembro de 1764. Sem qualquer indústria, apesar do planalto mirandês ser abundante em lãs e couros, Miranda perde definitivamente o estatuto de cidade com “funções urbanas”. A partir de então, vai regressar à categoria de uma pequena povoação “semiadormecida”, rapidamente ultrapassada em número de habitantes, por outros aglomerados urbanos da diocese de Miranda (de Bragança-

28 José Castro – *Bragança e Miranda (bispo)...*, 1946, p. 32-33.

-Miranda a partir de 1780), como Mirandela e Vimioso, ou até Sendim, paróquia do seu concelho – não impedindo, contudo, que Miranda, pelo seu funcionalismo – pelo menos até 1835, quando deixou de ser cabeça de comarca e provedoria –, e uma certa tradição urbanística expressa nos seus arruamentos, herança de ter sido sede de diocese durante mais de dois séculos, continuasse a distinguir-se das suas “aldeias puramente rurais”²⁹. Ainda nos inícios do século XX, Miranda do Douro jazia envolvida “num silêncio de clausura, quase de ruína, quase de morte”, reduzida a uma “dezena de ruas sem vida e estradas que mais parecem ruelas”³⁰.

Conclusão

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, no século XVIII, os bispados das dioceses da Igreja em Portugal conheciam bem a população dos fiéis existentes nos territórios das mesmas, através do número de fogos ou famílias e do número das “almas”, isto é, das pessoas de confissão e comunhão. Tal informação, transmitida através dos párocos, responsáveis pelos *róis de confessados* ou do *estado das almas* das respetivas paróquias, era fundamental para as dioceses, já para receberem os dízi-mos, foros e pensões que lhe pertenciam e que constituíam as rendas das respetivas mitras e cabidos, já para controlarem as obrigações dos fiéis de receberem “os sacramentos da penitência e eucaristia”³¹.

Tais informações para o Antigo Regime, face à debilidade/incapacidade do Estado português em conhecer os efetivos demográficos do Reino, são preciosas, únicas até, quanto a tal objetivo, uma vez que os párocos não só forneciam anualmente ao prelado diocesano o número de fogos e almas como se viam obrigados a contabilizar, com algum rigor, tais indicadores populacionais que sempre podiam ser confrontados, na sede da diocese, com os números referidos em anos anteriores.

Tudo leva a crer que os dados brutos apresentados pelos párocos da diocese de Miranda em 1761, se não são totalmente rigorosos – para utilizarmos a expressão de Alexandre Koyré³², a passagem do “mais ou menos” para o “universo da precisão”, em Portugal, demorou séculos –, aproximavam-se significativamente da realidade, permitindo-nos ter um conhecimento seguro da população da diocese de Miranda quanto ao número de fogos e de maiores de confissão, o que nos permite garantir, com fiabilidade, a reconstituição da sua população total: 72 526 almas (maiores de

29 Orlando Ribeiro – Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes. *Finisterra*. 7:13 (1972) p. 59.

30 Manuel Monteiro – *O Douro: principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*. Porto: Emílio Biel, 1911, p. 2).

31 José Castro – *Bragança e Miranda (bispado)...*, p. 10.

32 *Apud* Fernando de Sousa – *História da estatística em Portugal...*, p. 18.

sete anos), 92 598 habitantes (população total) e 23 743 fogos distribuídos por 332 paróquias.

Em 1761, insistimos, ou seja, no ano anterior à destruição que a sede da diocese, Miranda do Douro, sofreu às mãos do exército espanhol, o que dá origem à transferência irreversível da diocese para Bragança. A partir de então, só esta cidade irá ter algum significado quanto à “população urbana”, uma vez que a diocese sempre fora e continuou a ser eminentemente rural.

Quadro n.º 3 – População do Bispado de Miranda-Bragança (1761)³³

Cidade de Miranda e distrito do Aro							
N.º	Paróquias (Igrejas)	Títulos	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores	Pessoas de confissão e comunhão	Total reconstituído
1	Miranda do Douro (Nossa Senhora da Assunção)	Sé Catedral	325	1 106	71	1 177	1 268
40	Águas Vivas (Santa Catarina)	Curado	32	83	2	85	125
55	Aldeia Nova (Santa Catarina)	Curado	31	80	12	92	121
41	Algozo (São Sebastião)	Reitoria	137	376	43	419	534
10	Algozinho (Santo André)	Curado	13	35	10	45	51
37	Angueira (São Cipriano)	Reitoria	80	186	23	209	312
69	Argozelo (São Frutuoso)	Curado	253	617	76	693	987
14	Atenor (Nossa Senhora da Purificação)	Curado	35	112	5	117	137
24	Avelanoso (São Pedro)	Abadia	57	131	13	144	222
46	Avinhó (Santa Maria Madalena)	Curado	35	84	17	101	137
57	Azinhoso (Nossa Senhora da Natividade)	Vigaria <i>ad nutum</i>	81	228	22	250	316
9	Bemposta (São Pedro)	Abadia	160	425	112	537	624
73	Brunhosinho (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	52	122	12	134	203
29	Caçarelhos (São Pedro)	Abadia	131	372	47	419	511
53	Campo de Viboras (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	170	460	40	500	663
68	Carção (Santa Cruz)	Curado	239	646	120	766	932
75	Castanheira de Penas Roias (Santo André)	Curado	30	111	16	127	117
1	Cércio (Santa Leocádia)	Abadia	68	181	21	202	265
25	Cicouro (São João Batista)	Curado	38	112	24	136	148

33 Para facilitar a consulta, as paróquias foram por nós ordenadas alfabeticamente, ao contrário do que acontece na fonte original, em que não foi aplicado qualquer critério no sentido da sua organização. De qualquer modo, na primeira coluna registámos a numeração correspondente a cada freguesia da diocese, como consta da fonte. As colunas “Pessoas de confissão e comunhão” e “Total reconstituído” são da nossa autoria, não constando do original.

Fonte: Arquivo Distrital de Bragança – *Constituições Synodales do Bispado de [Miranda] novamente feitas, e ordenadas pelo Ex.^{mo} e R.^{mo} Snor. D. Fr. Aleyxo de Miranda Henriques da Ordem dos Pregadores Bispo do mesmo Bispado, e do conselho de Sua Magestade Fidelissima. Propostas, e acceitas em o Sínodo Diocesano, que o ditto Senhor celebrou em 10 de Maio de 1761.*

56	Constantim (Nossa Senhora da Assunção)	Vigararia	73	215	21	236	285
2	Duas Igrejas (Nossa Senhora do Monte)	Curado	184	468	35	503	718
28	Especiosa (Nossa Senhora da Conceição)	Curado	37	102	14	116	144
13	Figueira (São Miguel)	Curado	22	61	4	65	86
4	Fonte de Aldeia (Santa Ana)	Curado	54	168	15	183	211
35	Fonte Ladrão (São João Batista)	Curado	26	68	5	73	101
5	Freixiosa (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	39	93	24	117	152
26	Genísio (Santa Eulália)	Abadia	54	172	16	188	211
34	Granja (Santa Marinha)	Curado	24	81	11	92	94
18	Granja de Gregos (São Martinho)	Curado	14	98	12	110	55
16	Gregos (São Apolinário)	Curado	23	74	5	79	90
54	Ifanes (São Miguel)	Reitoria	137	385	33	418	534
45	Junqueira (São Bento)	Curado	32	92	5	97	125
23	Macedo do Peso (São Bartolomeu)	Curado	37	110	13	123	144
58	Malhadas (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	92	261	30	291	359
43	Matela (Nossa Senhora da Purificação)	Curado	77	198	34	232	300
61	Milhão (São Lourenço)	Curado	112	285	22	307	437
48	Mora (Santo André)	Curado	24	62	6	68	94
70	Outeiro (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	94	242	9	251	367
65	Paçó de Outeiro (São Vicente)	Curado	60	177	9	186	234
60	Palácios (São Miguel)	Curado	28	98	6	104	109
38	Palaçoulo (São Miguel)	Curado	95	243	21	264	371
64	Parada de Outeiro (São Miguel)	Curado	29	93	8	101	113
27	Paradela (Santa Maria Madalena)	Curado	50	125	20	145	195
78	Penas Roias (São João Batista)	Curado	55	139	19	158	215
11	Peredo (São João Batista)	Curado	61	176	20	196	238
20	Peso (São Pedro)	Curado	36	112	0	112	140
7	Picote (São João Batista)	Curado	75	275	50	325	293
71	Pinelo (Santa Eulália)	Curado	110	280	19	299	429
59	Póvoa (São Sebastião)	Curado	60	175	26	201	234
39	Prado Gatão (Nossa Senhora da Visitação)	Curado	60	140	18	158	234
63	Quintanilha (São Tomé)	Curado	30	83	9	92	117
66	Rio Frio (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	99	254	14	268	386
17	Saldanha (São Nicolau)	Curado	63	159	18	177	246
22	Sampaio (Santa Maria Madalena)	Curado	22	55	6	61	86
76	Sanhoane (São João Batista)	Curado	60	145	23	168	234
67	Santulhão (São João Mártir)	Curado	164	412	30	442	640
42	São Cristóvão (São Cristóvão)	Curado	23	62	11	73	90

30	São Joanico (São João Batista)	Curado	45	122	17	139	176
36	São Martinho de Angueira (São Pedro)	Abadia	86	249	30	279	335
19	São Martinho do Peso (São Martinho)	Abadia	84	211	25	236	328
31	São Pedro da Silva (São Pedro)	Abadia	70	200	30	230	273
6	Sendim (São Pedro)	Abadia	256	723	83	806	998
51	Serapicos (São Vicente)	Curado	19	74	5	79	74
15	Teixeira (São Bartolomeu)	Curado	37	98	12	110	144
72	Tô (Santa Maria Madalena)	Curado	102	264	29	293	398
12	Travanca (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	75	186	25	211	293
8	Urrós (Santa Maria Madalena)	Curado	143	311	52	363	558
47	Uva (Santa Marinha)	Curado	41	113	10	123	160
49	Vale de Algosó (Santa Engrácia)	Curado	18	46	8	54	70
52	Vale de Frades (Santo André)	Curado	57	133	9	142	222
44	Valecerto (São Lourenço)	Curado	29	87	17	104	113
74	Variz (Santo Antão)	Curado	39	118	10	128	152
62	Veigas (São Vicente)	Curado	36	93	25	118	140
21	Viduedo (São Apolinário)	Curado	22	53	2	55	86
32	Vila Chã da Ribeira (São Vicente)	Curado	27	71	4	75	105
3	Vila Chã de Braciosa (São Cristóvão)	Abadia	93	260	40	300	363
33	Vilar Seco (São Tiago)	Curado	74	210	56	266	289
77	Vilarica (São Ciríaco)	Curado	28	120	20	140	109
50	Vimioso (São Vicente)	Reitoria	272	750	46	796	1 061
Total			5 955	16 397	1 882	18 279	23 225
Total registado na fonte			6 022	16 813	1 931	18 744	

Distrito de Lapaças							
N.º	Paróquias (Igrejas)	Títulos	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores	Pessoas de confissão e comunhão	Total reconstituído
3	Bagueixe (Santo Nome de Jesus)	Curado	88	210	19	229	343
5	Banrezes (São Geraldo)	Curado	13	30	3	33	51
32	Bouzende (Santa Isabel)	Curado	26	78	4	82	101
14	Bragada (Santa Eufémia)	Curado	25	57	10	67	98
24	Calvelhe (São Justo)	Curado	66	199	30	229	257
28	Castelãos (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	103	269	24	293	402
1	Castro Roupal (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	38	113	15	128	146
16	Chacim (Santa Comba)	Abadia	186	502	74	576	725
26	Corujas (São Tiago)	Curado	48	144	19	163	187
31	Espadanedo (São Miguel)	Curado	56	158	18	176	218

33	Ferreira (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	62	206	17	223	242
35	Frieira (São João Batista)	Curado	30	94	5	99	117
6	Gralhós (Invenção de Santa Cruz)	Curado	38	122	8	130	148
21	Izeda (Nossa Senhora da Assunção)	Reitoria	164	500	58	558	640
19	Lagoa (São Martinho)	Curado	120	294	32	326	468
25	Lamas (Nossa Senhora da Assunção)	Reitoria	72	193	70	263	281
4	Limãos (São Sebastião)	Curado	64	149	17	166	250
27	Macedo de Cavaleiros (São Pedro)	Reitoria	168	440	99	539	655
11	Macedo do Mato (Nossa Senhora da Purificação)	Abadia	24	70	8	78	94
18	Morais (Santo André)	Reitoria	145	416	17	433	566
34	Murçós (São Lourenço)	Curado	36	126	17	143	140
17	Olmos (Santo António Abade)	Curado	69	196	37	233	269
20	Paradinha de Besteiros (São Bartolomeu)	Curado	10	22	3	25	39
22	Paradinha Nova (São Miguel)	Curado	56	168	14	182	218
15	Podence (Nossa Senhora da Purificação)	Abadia	115	318	58	376	449
23	Pombares (São Frutuoso)	Curado	44	150	5	155	172
7	Salselas (São Lourenço)	Abadia	68	163	24	187	265
36	Sanceriz (São Cipriano)	Curado	32	76	16	92	125
9	Santa Combinha (Santa Comba)	Abadia	39	115	11	126	152
13	São Cibrão (Santo Estêvão)	Curado	39	75	15	90	152
12	Sendas (São Pedro)	Abadia	40	104	3	107	156
10	Talhinhas (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	53	140	8	148	207
8	Vale da Porca (São Vicente)	Curado	78	196	12	208	304
30	Vale de Prados (São Jerónimo)	Curado	113	260	81	341	441
29	Vilar do Monte (São Martinho)	Curado	48	119	22	141	187
2	Vinhas (São Vicente)	Curado	85	237	28	265	332
Total			2 461	6 709	901	7 610	9 598
Total registado na fonte			2 445	6 709	901	7 610	

Vigararia de Bragança							
N.º	Paróquias	Título	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores	Pessoas de confissão e comunhão	Total recons-tituído
26	Agrochão (São Mamede)	Curado	110	283	30	313	429
6	Alfaião (São Martinho)	Abadia	62	161	18	179	242
38	Alimonde (São Mamede)	Curado	43	160	7	167	168
49	Alvaredos (São João Batista)	Curado	46	144	5	149	179
22	Arcas (Santa Catarina)	Curado	44	136	8	144	172
58	Aveleda (São Cipriano)	Curado	89	252	15	267	347
112	Babe (São Pedro)	Reitoria	92	327	14	341	359

3	Baçal (São Romão)	Curado	81	211	36	247	316
1	Bragança (Santa Maria)	Priorado	653	1 025	76	1 101	2547
2	Bragança (São João Batista)	Abadia	460	1 189	32	1 221	1794
28	Brito (Santa Bárbara)	Curado	40	102	7	109	156
89	Cabeça de Igreja (São Bartolomeu)	Curado	45	136	9	145	176
9	Carçãozinho (São Pedro)	Curado	16	44	6	50	62
126	Carocedo (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	37	91	14	105	144
80	Carragosa (Nossa Senhora da Assunção)	Reitoria	40	162	5	167	156
35	Carrazedo (Santa Cecília)	Abadia	52	197	6	203	203
92	Casares e Cerdedo (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	48	167	5	172	187
96	Castrelos (São João Batista)	Curado	44	149	16	165	172
79	Castro de Avelãs (São Bento)	Reitoria	36	94	18	112	140
31	Celas (São Genésio)	Abadia	65	212	26	238	254
30	Cidões (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	18	69	6	75	70
63	Coelhoso (São Tiago)	Curado	76	194	17	211	296
76	Conlelas (São Pedro)	Reitoria	80	240	30	270	312
41	Cova da Lua (Santa Comba)	Curado	25	78	6	84	98
110	Deilão (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	33	101	7	108	129
103	Dine (Nossa Senhora do Rosário)	Curado	34	116	9	125	133
81	Donai (São Salvador)	Curado	52	106	19	125	203
74	Edrosa (Santa Eulália)	Curado	52	218	20	238	203
20	Edroso (Santa Marinha)	Abadia	42	115	11	126	164
27	Ervedosa (São Martinho)	Curado	114	310	38	348	445
40	Espinhosela (Santo Estêvão)	Abadia	58	191	13	204	226
115	Faílde (São Ildefonso)	Curado	38	113	10	123	148
68	Fermentãos (São Miguel)	Curado	31	110	6	116	121
77	Fontes Barrosas (São Lourenço)	Curado	37	120	5	125	144
105	França (São Lourenço)	Curado	36	130	8	138	140
66	Freixeda (São Silvestre)	Curado	39	95	17	112	152
7	Freixedelo (São Vicente)	Abadia	46	124	6	130	179
44	Fresulfe (Santo Estêvão)	Abadia	43	148	13	161	168
113	Gimonde (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	56	125	17	142	218
43	Gondesende (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	70	230	20	250	273
122	Gostei (São Cláudio)	Curado	113	369	29	398	441
62	Grijó de Parada (Santa Maria Madalena)	Curado	69	187	14	201	269
108	Guadramil (São Vicente)	Curado	28	85	10	95	109
100	Lagarelhos (São Pedro)	Curado	53	170	7	177	207
71	Lanção (São Miguel)	Curado	38	112	5	117	148

114	Laviados (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	30	99	7	106	117
34	Martim (São Martinho)	Abadia	21	55	11	66	82
55	Meixedo (Santo André)	Abadia	74	244	24	268	289
19	Melhe (São Martinho)	Curado	30	88	15	103	117
47	Moás (Santo Ildefonso)	Curado	37	140	11	151	144
53	Mofreita (São Vicente)	Abadia	67	188	31	219	261
51	Moimenta (São Pedro)	Abadia	135	430	23	453	527
50	Montouto (São Pedro)	Abadia	63	232	20	252	246
33	Mós de Celas (São Tomé)	Curado	41	127	25	152	160
18	Mós de Rebordãos (São Pedro)	Curado	50	131	10	141	195
32	Negreda (São Bartolomeu)	Curado	32	113	16	129	125
121	Nogueira (São Paio)	Curado	95	270	14	284	371
24	Nozelos (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	17	57	5	62	66
75	Nunes (São Cipriano)	Curado	50	149	13	162	195
87	Nuzedo traspassante (Nossa Senhora da Assunção)	Reitoria	63	187	20	207	246
73	Ousilhão (Santo André)	Reitoria	115	289	22	311	449
70	Paço de Sortes (São Nicolau)	Curado	35	117	9	126	137
98	Paço de Vinhais (São Julião)	Reitoria	75	234	26	260	293
59	Parada (São Genésio)	Reitoria	155	372	18	390	605
102	Parâmio (São João Batista)	Reitoria	132	320	15	335	515
60	Paredes (São Lourenço)	Curado	45	125	8	133	176
25	Penhas Juntas (São Pedro)	Abadia	80	260	27	287	312
118	Pereiros (Santo Amaro)	Curado	17	62	18	80	66
109	Petisqueira (São Lourenço)	Curado	14	44	5	49	55
11	Pinela (São Nicolau)	Curado	51	161	18	179	199
93	Pinheiro Velho (São Sebastião)	Curado	20	86	5	91	78
83/ 84	Portelo (São Sebastião) e Montesinho (Santa Cruz)	Curado	32	102	6	108	125
90	Quadra (São Pedro)	Curado	21	72	4	76	82
13	Quintela de Lapaças (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	145	371	33	404	566
94	Quintela de Vinhais (Santa Marinha)	Reitoria	41	139	9	148	160
104	Rabal (São Bartolomeu)	Reitoria	129	314	30	344	503
117	Rebordainhos (Santa Maria Madalena)	Curado	79	230	36	266	308
16	Rebordãos (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	107	304	38	342	417
36	Refóios (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	31	87	7	94	121
99	Rio de Fornos (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	39	111	3	114	152
106	Rio de Onor (São João Batista)	Curado	25	71	11	82	98

78	Sabariz (São Tiago)	Curado	42	106	19	125	164
56	Sacóias (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	54	160	8	168	211
64	Salsas (São Nicolau)	Reitoria	78	242	21	263	304
4	Samil (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	76	226	16	242	296
67	Santa Comba de Rossas (Santa Comba)	Curado	49	143	6	149	191
97	Santa Cruz (Invenção da Santa Cruz)	Curado	59	172	24	196	230
91	Santalha (Santa Eulália)	Reitoria	161	447	57	504	628
111	São Julião de Palácios (São Bartolomeu)	Reitoria	103	332	40	372	402
61	São Pedro de Serracenos (São Pedro)	Curado	97	271	15	286	378
120	Sarzeda (São Mateus)	Curado	28	88	5	93	109
8	Serapicos (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	97	275	15	290	378
48	Sobreiró (São Mateus)	Abadia	126	422	20	442	491
85	Soeira (São Martinho)	Reitoria	110	330	11	341	429
69	Sortes (São Mamede)	Reitoria	53	142	20	162	207
82	Soutelo da Gamoeda (São Pedro)	Curado	50	217	11	228	195
119	Soutelo de Pena Mourisca (São Miguel)	Curado	33	116	11	127	129
12	Talhas (São Miguel)	Curado	133	348	38	386	519
39	Terroso (São Tomé)	Abadia	37	128	5	133	144
101	Travanca de Vinhais (São Mamede)	Curado	46	157	12	169	179
88	Tuizelo (Santo André)	Curado	82	314	5	319	320
15	Valdrez (São Miguel)	Curado	25	74	8	82	98
5	Vale de Lamas (São Sebastião)	Curado	20	58	6	64	78
65	Vale de Nogueira (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	55	182	27	209	215
17	Valverde (São Vicente)	Curado	30	78	12	90	117
57	Varge (São Miguel)	Curado	45	65	12	77	176
72	Viduedo (São Bartolomeu)	Curado	51	145	14	159	199
10	Vila Boa de Carçozinho (Santo Estêvão)	Curado	24	64	3	67	94
86	Vila Boa de Ousilhão (São Miguel)	Curado	73	229	28	257	285
14	Vila Franca (São Bento)	Curado	37	103	15	118	144
107	Vila Meã (Santa Eulália)	Curado	43	115	3	118	168
123	Vila Nova (São Jorge)	Curado	30	120	10	130	117
95	Vila Verde (São Miguel)	Curado	77	244	24	268	300
52	Vilar de Ossos (São Cipriano)	Curado	50	185	13	198	195
29	Vilar de Peregrinos (Transfiguração de Nosso Senhor)	Abadia	63	187	27	214	246
21	Vilarinho de Agrochão (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	65	214	18	232	254
42	Vilarinho de Cova da Lua (São Cipriano)	Curado	50	157	5	162	195
23	Vilarinho do Monte (São Sebastião)	Curado	37	108	5	113	144

45	Vinhais (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	143	523	25	548	558
46	Vinhais (São Facundo)	Curado	71	225	21	246	277
54	Zeive (São Cipriano)	Curado	36	100	15	115	140
37	Zóio (São Pedro)	Curado	68	188	15	203	265
Total			8 184	23 479	1 954	25 433	31 918
Total registado na fonte			8 184	23 465	1 954	25 419	

Distrito do ramo de Mirandela							
N.º	Paróquias	Título	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores	Pessoas de confissão e comunhão	Total reconstruído
42	Abambres (São Tomé)	Vigararia	104	258	20	278	406
29	Ala (Santa Engrácia)	Reitoria	91	260	12	272	355
35	Alvites (São Vicente)	Curado	134	329	40	369	523
46	Amendoeira (São Nicolau)	Curado	50	139	11	150	195
34	Avantos (Santo André)	Curado	45	136	12	148	176
21	Bornes (Santa Marta)	Reitoria	126	303	33	336	491
31	Brinço (Santa Catarina)	Curado	55	146	12	158	215
25	Burga (Nossa Senhora da Conceição)	Curado	54	142	22	164	211
41	Cabanelas (São Sebastião)	Curado	43	127	3	130	168
24	Caravelas (São Brás)	Curado	74	174	10	184	289
45	Carrapatas (São Geraldo)	Curado	42	221	14	235	164
40	Carvalhais (Espírito Santo)	Curado	52	133	20	153	203
15	Cedães (Santo Ildefonso)	Curado	96	242	8	250	374
23	Cedainhos (São Ciriaco)	Curado	20	61	2	63	78
28	Cernadela (São Miguel)	Curado	53	131	14	145	207
17	Chelas (Santa Maria Madalena)	Curado	34	84	9	93	133
48	Contins (São João Batista)	Curado	35	78	4	82	137
27	Cortiços (São Nicolau)	Reitoria	86	254	29	283	335
4	Fornos de Ledra (Santo André)	Curado	62	157	8	165	242
6	Fradizela (São Lourenço)	Curado	101	260	27	287	394
13	Freixeda (Santo André)	Curado	95	201	16	217	371
26	Grijó de Vale Benfeito (Santa Maria Madalena)	Reitoria	99	245	27	272	386
1	Guide (São Mamede)	Abadia	96	254	30	284	374
3	Lamalonga (Santa Epifânia)	Curado	73	219	25	244	285
36	Mascarenhas (Nossa Senhora da Assunção)	Reitoria	166	442	22	464	647
30	Meles (São Pedro)	Curado	46	148	11	159	179
50	Miradezes (São Sebastião)	Curado	35	78	7	85	137
11	Mirandela (Nossa Senhora da Assunção)	Reitoria	334	736	52	788	1303
33	Múrias (São Martinho)	Curado	52	125	15	140	203

44	Pinhovel (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	22	54	0	54	86
38	Pousadas (São Pedro)	Curado	17	53	7	60	66
47	Quintas (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	18	41	10	51	70
9	Regodeiro (Santo Amaro)	Curado	20	25	3	28	78
37	Romeu (Nossa Senhora da Anunciação)	Curado	99	257	25	282	386
5	São Pedro Velho (São Pedro)	Curado	115	220	4	224	449
12	São Salvador (Transfiguração de Nosso Senhor)	Curado	57	172	11	183	222
43	Sezulfre (São João Batista)	Curado	100	274	25	299	390
2	Torre de Dona Chama (Nossa Senhora da Encarnação)	Curado	122	330	43	373	476
10	Vale Benfeito (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	180	330	30	360	702
22	Vale de Asnes (São Pedro)	Curado	112	298	32	330	437
7	Vale de Gouvinhas (Santo André)	Curado	88	219	20	239	343
16	Vale de Lobo (São Gonçalo)	Curado	55	138	15	153	215
8	Vale de Prados de Ledra (Santo André)	Curado	29	70	3	73	113
19	Vale de Salgueiro (São Sebastião)	Curado	81	212	21	233	316
18	Vale de Telhas (Santo Ildefonso)	Curado	98	227	25	252	382
49	Vila Nova de Mirandela (Santo António)	Curado	32	83	8	91	125
14	Vila Verde (Santo Apolinário)	Curado	55	122	8	130	215
39	Vilar de Ledra (São Miguel)	Curado	28	63	2	65	109
32	Vilares (São Bartolomeu)	Curado	20	60	2	62	78
20	Vilas Boas ³⁴	Curado	–	–	–	–	–
Total			3 701	9 331	809	10 140	14 434
Total da fonte ³⁵			3 651	9 231	806	10 037	

3435

Distrito de Monforte							
N.º	Paróquias	Título	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores	Pessoas de confissão e comunhão	Total recons-tituído
5/6	Águas Frias (São Lourenço) e Avelelas (Nossa Senhora da Natividade)	Curado	76	180	24	204	296
12	Agueiras (Santa Catarina)	Curado	114	333	23	356	445
25	Alvarelos (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	47	154	17	171	183
13	Barreiros (São Vicente)	Curado	51	141	14	155	199
26	Bobadela (São Pedro)	Curado	47	147	11	158	183
9	Bouça (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	48	136	17	153	187
14	Bouçuais (Nossa Senhora da Ribeira)	Abadia	103	410	23	433	402

34 Pertencia ao arcebispado de Braga, pelo que não foi contabilizada pelo autor da fonte

35 A fonte utilizada não regista para este “distrito” os totais da população do mesmo. Recorremos assim aos totais indicados na fonte existente no Seminário de S. José, já referida (cf. nota 2).

38	Candedo (São Nicolau)	Abadia	38	142	20	162	148
4	Casas (Santa Marinha)	Curado	54	133	19	152	211
16	Castanheira (São João Batista)	Reitoria	118	352	35	387	460
40	Curopos (Santa Maria Madalena)	Curado	42	136	12	148	164
3	Curral de Vacas (Santo António)	Curado	72	172	12	184	281
35	Edral (São Romão)	Reitoria	132	384	28	412	515
39	Espinhoso (São Estevão)	Curado	60	175	13	188	234
10	Fiães (São Miguel)	Abadia	81	213	14	227	316
8	Fornos do Pinhal (São João Batista)	Curado	129	314	30	344	503
36	Frades (São Tiago)	Curado	36	143	57	200	140
34	Gestosa (Nossa Senhora da Assunção)	Abadia	47	170	6	176	183
22	Lebução (São Nicolau)	Curado	133	337	29	366	519
2	Mairos (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	114	306	40	346	445
1	Monforte (São Pedro)	Abadia	144	235	33	268	562
27	Nozelos (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	57	167	23	190	222
44	Nuzedo e Subcastelo (Nossa Senhora da Expectação)	Curado	26	72	0	72	101
24	Oucidres (Santo André)	Vigararia	82	230	19	249	320
20	Paradela (Nossa Senhora das Neves)	Curado	76	177	17	194	296
30	Pinheiro Novo (Santa Marinha)	Curado	86	300	20	320	335
32	Pinheiro Velho (São Sebastião)	Curado	20	120	9	129	78
29	Quirás (São Pedro)	Abadia	69	226	24	250	269
42	Rebordelo (São Lourenço)	Abadia	138	428	17	445	538
17	Roriz (Nossa Senhora da Conceição)	Curado	57	166	17	183	222
23	Sanfins (São Pedro)	Curado	82	285	7	292	320
7	Santa Valha (Santa Eulália)	Abadia	150	379	52	431	585
37	São Jumil (São Pedro)	Curado	71	245	19	264	277
18	São Vicente (Nossa Senhora da Natividade)	Curado	68	250	21	271	265
11	Sonim (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	103	282	32	314	402
28	Tinhela (Nossa Senhora da Assunção)	Vigararia	128	451	34	485	499
19	Travancas (São Bartolomeu)	Curado	109	263	23	286	425
21	Tronco (São Tiago)	Curado	67	189	22	211	261
43	Vale das Fontes (São Bartolomeu)	Curado	55	146	19	165	215
41	Vale de Janeiro (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	65	180	21	201	254
45	Valpaço (São Pedro)	Curado	52	167	8	175	203
33	Vilar Seco (São Julião)	Abadia	82	288	26	314	320
31	Vilarinho da Lomba (Nossa Senhora da Assunção)	Curado	55	192	15	207	215
15	Vilartão (São Lourenço)	Curado	58	211	15	226	226
Total			3 442	10 127	937	11 064	13 424
Total registado na fonte			3 441	10 127	937	11 064	

Quadro n.º 4 – População do Bispado de Miranda-Bragança (1761)³⁶

Distritos/Vigararias	Paróquias	Fogos	Pessoas maiores	Pessoas menores	Pessoas de confissão e comunhão	Total reconstituído
Cidade de Miranda do Douro e distrito do Aro	79	5 955	16 397	1 882	18 279	23 225
Distrito de Lampaças	36	2 461	6 709	901	7 610	9 598
Vigararia de Bragança	123	8 184	23 479	1 954	25 433	31 918
Distrito do ramo de Mirandela	49	3 701	9 331	809	10 140	14 434
Distrito de Monforte	45	3 442	10 127	937	11 064	13 424
Total	332	23 743	66 043	6 483	72 526	92 598
Total registado na fonte	332	23 421	65 267	6 458	71 725	

³⁶ Fonte: Arquivo Distrital de Bragança – *Constituições Synodales do Bispado de [Miranda] novamente feitas, e ordenadas pelo Ex.^{mo} e R.^{mo} Snor. D. Fr. Aleyxo de Miranda Henriques da Ordem dos Pregadores Bispo do mesmo Bispado, e do conselho de Sua Magestade Fidelissima. Propostas, e acceitas em o Sínodo Diocesano, que o ditto Senhor celebrou em 10 de Maio de 1761.*